



Sindicato dos Empresários e
Produtores em Espetáculos de
Diversões no Estado do Paraná

www.seped.org

ATA DA 12ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINDICATO DOS EMPRESÁRIOS E PRODUTORES EM ESPETÁCULOS DE DIVERSÕES NO ESTADO DO PARANÁ.



Aos 31 dias do mês de janeiro de 2022, às 17h, em segunda convocação, realizou-se a 12ª Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Empresários e Produtores em Espetáculos de Diversões no Estado do Paraná, *on-line* no endereço <https://meet.google.com/wgx-acjt-xae> convocada com base nas disposições contidas no art. 18 do Estatuto Sindical, comutado ao art. 612 da CLT (Decreto-Lei nº 5452/43), bem como no deliberado da 11ª Assembleia Geral Extraordinária, de 10 de janeiro último, com a seguinte Ordem do Dia: 1. Aprovação da 2ª proposta de Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) para Circo, Teatro, Dança, Cinema e Ópera; 2. Assuntos atinentes. Estiveram presentes os empresários Angelina Fuhr; Claudio Domingos Iovanovitchi; Eliane Berger, Gehad Ismail Hajar; Jane Franco D'Avila; Ingrid Pereira; Neiva Camargo da Silva Iovanovitchi e Verônica Rodrigues Martins. Pela falta do secretário geral, Presidente Gehad Hajar designou à Srª Eliane Iankilevich Berger a secretaria *ad hoc* da assembleia. Em representação do SATED-PR, Adriano Oliveira Esturilho, seu Presidente. Primeiramente, o Sr. Presidente do SEPED-PR, Gehad Ismail Hajar informa que em 03/08/2021, requereu informação via processo nº 03005.158734/2021-68, junto ao Ministério da Economia se, de fato, nunca havia tido uma celebração de Convenção Coletiva de Trabalho nas artes do Paraná. A resposta obtida em 02/09/2021 foi: "*Prezado Senhor, Em atendimento à demanda, informo que, em consulta ao sistema mediador, **não foi encontrado o registro de qualquer Instrumento Coletivo** que envolva a participação do Sindicato dos Empresários e Produtores em Espetáculos de Diversões no Estado do Paraná, CNPJ*

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
(41) 3225-3905 - Curitiba - PR

Página 1 de 50



Sindicato dos Empresários e
Produtores em Espetáculos de
Diversões no Estado do Paraná

4º RTD/RCPJ/CTEA

708946

PROTOCOLO

www.seped.org

nº 00.633.208/0001-48. *Atenciosamente, Responsável pela resposta: Subsecretário de Relações do Trabalho Ministério da Economia*". Ressaltou então o momento histórico, de avanços sociais que pode-se ainda fazer, mesmo após uma malfadada reforma trabalhista e o difícil momento presente que a sociedade toda está a passar. Agradeceu e citou toda rede de colaboração, em diversos estados, e em inúmeras esferas - administrativas e judiciais - para que o texto ora apreciado pudesse chegar a este estágio. Claudio, vice-presidente da entidade pede a palavra e ao tecer elogiosas menções ao presidente do SEPED-PR, relembra a fundação deste sindicato, em que ele próprio figura entre os fundadores, e que se inicia uma nova fase nas relações trabalhistas no Paraná. Jane Franco D'Avila pede uso da palavra e relembra seu saudoso pai, Edson D'Avila como também fundador e primeiro tesoureiro deste sindicato, e que sua mãe Delcy D'Avila fundou o sindicato profissional da área, o SATED-PR, que ambos sindicatos foram concebidos na cozinha de sua casa e que a histórica assembleia de hoje marca o trabalho dos pioneiros do sindicalismo das artes paranaenses. Eliane Berger pede um aparte e frisa que mesmo sendo um sindicato patronal, o SEPED-PR não deixou de atender e observar as necessidades dos trabalhadores, que se emociona em saber que pode presenciar e fazer parte de ambos sindicatos e colaborar de toda forma. Gehad Hajar diz saber muitas das injustiças que Eliane e Jane passaram frente ao SATED-PR, e que uma das falácias que a ignorante oposição dizia, era que Eliane "não fazia e não subia os pisos" sendo que sem o sindicato patronal seria impossível qualquer efetividade das Tabelas de Referência. Lembra que muitos que estão hoje no SATED-PR ficaram 2 (dois) anos tentando reerguer o SEPED-PR, sem sucesso algum, façanha que ele, Gehad, o fez com hercúleo esforço. Ressalta, também, que o texto que hoje se aprova é resultado de todas as lutas e anseios da classe artística nativa, e que a confiança nele depositada para este trabalho foi decisivo para que conseguisse entregar esta minuta e, enfim, termos encaminhada a Primeira Convenção Coletiva de Trabalho dos Artistas do Paraná. Atendendo então a Ordem do Dia o presidente iniciou os debates apresentando proposta final da parte da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) para as Artes Cênicas, que foi posta em votação e aprovada por unanimidade nos termos seguintes: <<Unidade I Empregados Celetistas São beneficiários desta Unidade I da Convenção Coletiva

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR

Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
(41) 3225-3905 - Curitiba - PR



Sindicato dos Empresários e
Produtores em Espetáculos de
Diversões no Estado do Paraná

4º RTD/RCPJ/CTBA

708946

www.seped.org

PROCOLO

de Trabalho, especificamente os empregados das empresas integrantes da categoria econômica da indústria cultural de artes cênicas e audiovisual, nomeadamente circense, teatral, dança, operística e cinematográfica, com contrato de trabalho por prazo indeterminado, determinado e intermitente, ou prestadores de serviço categorizados como Microempreendedor Individual - MEI e/ou prestadores de serviço pessoa física, integrante dos grupos de trabalhadores atinentes. CLÁUSULA 1º - ABRANGÊNCIA São beneficiários desta Convenção Coletiva "Unidade I, especificamente os empregados das empresas integrantes da categoria econômica da indústria cultural de artes cênicas e audiovisual, nomeadamente circense, teatral, dança, operística e cinematográfica, discriminadas nos seus Estatutos Sociais com contrato de trabalho por prazo indeterminado, determinado e Intermitente em todo território paranaense. CLÁUSULA 2º - DATA-BASE Acordam as partes a instituição de data-base, considerando as particularidades de classe, em 1º de Novembro de cada ano. CLÁUSULA 3º - INOVAÇÕES E NOVAS OCUPAÇÕES Acordam as partes, considerando as inovações tecnológicas ocorridas no sistema de produção cultural e nas atividades similares e conexas, bem como o atual anacronismo da Lei Federal nº 6533/78, que o presente instrumento coletivo de trabalho também se aplicará às funções nas empresas integrantes da categoria econômica da indústria cultural, categorias similares e conexas, compreendendo assim, dentre outras, teatros, produtoras culturais, companhias teatrais, de dança, circenses e de itinerância, estúdios, produtoras de conteúdo para mídias eletrônicas, programadoras de televisão por assinatura (conteúdo de acesso condicionado), laboratórios, empresas de dublagem, de finalização, de locação de equipamentos para produção cênica e todos os demais segmentos que apoiam a indústria cultural. CLÁUSULA 4º - INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS Reconhecem as partes que as inovações tecnológicas alteraram substancialmente as atividades descritas na Lei Federal nº 6533/78 afetando a natureza dos acúmulos nela previstos. Neste sentido, as atividades que eram desenvolvidas por mais de uma função, hoje podem ser desenvolvidas por uma única função, não se aplicando, nestes casos, a regra relativa ao acúmulo de função previsto na legislação acima mencionada. CLÁUSULA 5º - GRUPO DE TRABALHO PARA RECONHECIMENTO DAS NOVAS FUNÇÕES Formar-se-á Grupo

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
(41) 3225-3905 - Curitiba - PR



Sindicato dos Empresários e
Produtores em Espetáculos de
Diversões no Estado do Paraná



www.seped.org

de Trabalho com representantes de ambas partes para estabelecer as funções enquadradas pelas inovações tecnológicas, a cada 2 (dois) anos. CLÁUSULA 6º - REAJUSTE SALARIAL A partir de 01/01/2022, independente da data-base, os salários dos empregados com contrato de trabalho firmado por prazo indeterminado abrangidos pela "Unidade I" da presente Convenção Coletiva de Trabalho, serão reajustados de acordo com as condições abaixo: Parágrafo 1º - Reajuste pelo índice IPCA-IBGE. Parágrafo 2º - No reajuste mencionado no parágrafo 1º serão compensadas as antecipações salariais concedidas, desde janeiro de 2020, sendo vedada a compensação de aumento decorrente de promoção, equiparação salarial, término de aprendizagem, transferência de cargo, função ou estabelecimento, comissionamento e os que tiverem natureza de aumento real. Parágrafo 3º - Aos empregados demitidos após janeiro de 2020, serão devidos os valores decorrentes da reposição salarial, com todos os reflexos legais, quantia esta que deverá ser paga integralmente junto à rescisão do contrato de trabalho. CLÁUSULA 7º - SALÁRIO MÍNIMO CULTURAL Os empregados abrangidos por esta Convenção Coletiva e com contrato de trabalho regido pela CLT farão jus ao Salário Mínimo Cultural do Paraná, composto por valor-base da 4ª Faixa do Salário Mínimo Regional do Paraná em vigor na data-base, acrescido de 10%. CLÁUSULA 8º - SALÁRIO DE ADMISSÃO/PARADIGMA Serão garantidos aos empregados admitidos para a mesma função de outro, cujo contrato deste tenha sido rescindido sob qualquer condição, o mesmo salário do substituído, sem considerar as vantagens pessoais, desde que a diferença de tempo de serviço não seja superior a 2 (dois) anos. CLÁUSULA 9º - JORNADA DE TRABALHO Parágrafo 1º - Circo: A jornada normal de trabalho deverá ter a duração de 6 (seis) horas, com limitação de até 34 (trinta e quatro) horas semanais, respeitando-se o intervalo obrigatório para alimentação e repouso, a cada 2 (duas) horas trabalhadas. Parágrafo 2º - Teatro: A jornada normal de trabalho para todas as modalidades de teatro deverá ter a duração de até 8 (oito) horas, com limitação de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, respeitando-se o intervalo obrigatório para alimentação e repouso. Parágrafo 3º - Dança: A jornada normal de trabalho deverá ter a duração de 6 (seis) horas, com limitação de até 34 (trinta e quatro) horas semanais, respeitando-se o intervalo obrigatório para alimentação e repouso, a cada 2 (duas)

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR

Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
(41) 3225-3905 - Curitiba - PR

Página 4 de 50



Sindicato dos Empresários e
Produtores em Espetáculos de
Diversões no Estado do Paraná



www.seped.org

horas trabalhadas. Este dispositivo pode ser acrescido de mais 6 (seis) horas semanais em períodos de temporada e/ou ensaios gerais, não excedendo dois (dois) meses. Parágrafo 4º - Ópera: A jornada normal de trabalho deverá ter a duração de 6 (seis) horas, com limitação de até 34 (trinta e quatro) horas semanais, respeitando-se o intervalo obrigatório para alimentação e repouso, a cada 2 (duas) horas trabalhadas. Este dispositivo pode ser acrescido de mais 6 (seis) horas semanais em períodos de temporada e/ou ensaios gerais, não excedendo dois (dois) meses. Parágrafo 5º - Cinema: A jornada normal de trabalho deverá ter a duração de 8 (oito) horas, com limitação de até 44 (quarenta e quatro) horas semanais, respeitando-se o intervalo obrigatório para alimentação e repouso. CLÁUSULA 10º - HORAS-EXTRAS As horas-extras diárias serão remuneradas com o adicional de 50% (cinquenta por cento) para as primeiras duas horas extraordinariamente laboradas e de 100% (cem por cento) para as demais, incidindo o acréscimo sobre a hora normal, desde que não tenham sido incluídas no Banco de Horas abaixo discriminado. Parágrafo 1º - Fica autorizada a compensação da duração diária, a partir da vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, entre empresa e empregados, com contrato por prazo indeterminado e determinado, devendo sempre ser observadas as demais disposições dos parágrafos a seguir e da legislação vigente. Parágrafo 2º - Fica estabelecido, ainda de conformidade com esta Convenção e dependente de anuência expressa do empregado, e de comunicação via carta com aviso de recebimento ao Sindicato profissional, que não estarão sujeitas ao acréscimo do adicional previsto no caput desta Cláusula, as horas suplementares trabalhadas diariamente ou em determinados dias, em acréscimo à jornada normal, na relação de uma para uma, até o limite de 35 (trinta e cinco) horas-extraordinárias mensais e desde que sejam compensadas no prazo máximo de 90 (noventa) dias, conforme controle individual e periódico subscrito pelos Empregados e obedecidas as disposições dos parágrafos 2º e 3º, do Artigo 59 da CLT, em vigor, da seguinte forma: I. Com a redução da jornada diária; II. Com a supressão de trabalho em dias de semana; III. Mediante folgas adicionais; IV. Através de prorrogação do período de gozo de férias; V. Abono de atrasos e faltas não justificadas; VI. Pagamento do saldo de horas extras com os adicionais respectivos, e, VII. Dispensas ou férias

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR

Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
(41) 3225-3905 - Curitiba - PR

Página 5 de 50



Sindicato dos Empresários e
Produtores em Espetáculos de
Diversões no Estado do Paraná

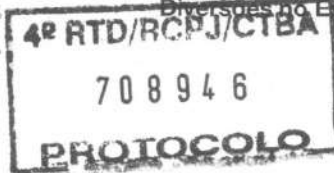


www.seped.org

coletivas a critério do empregador. Parágrafo 3º - As horas suplementares conforme previsto no parágrafo 2º supra e decorrido o prazo ali fixado, sem que tenha havido a devida compensação ou pagamento das horas suplementares, será obrigatório o pagamento das referidas horas com o adicional estipulado no caput desta cláusula. Parágrafo 4º - Fica estabelecido entre as Partes que, caso o Empregador venha a ter necessidade de ajustar condições diversas da prevista ao parágrafo 2º supra, tanto para formação de horas (positiva ou negativa), como para sua compensação, deverá procurar o Sindicato profissional, a fim de ajustar Acordo Coletivo específico. CLÁUSULA 11º - FÉRIAS PARCELAMENTO Desde que haja concordância do empregado, as férias poderão ser usufruídas em até 3 (três) períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a 14 (quatorze) dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a 05 (cinco) dias corridos, cada um, em comum acordo com o empregador e com a programação disposta da companhia ou corpo estável. CLÁUSULA 12º - EMPREGADO ESTUDANTE Serão abonadas as faltas do empregado estudante de grau técnico, graduação ou pós-graduação (lato sensu ou stricto sensu) - e de ensino fundamental e médio aos profissionais circenses - para prestação de exames ou provas, no horário de trabalho, desde que em estabelecimento de ensino oficial ou reconhecido e, quando pré-avisado, por escrito, o empregador com no mínimo de 48 (quarenta e oito) horas e devida comprovação por documento hábil fornecido pela instituição de ensino. CLÁUSULA 13º - ADICIONAL NOTURNO O empregado que exercer sua atividade profissional, inclusive na realização e/ou apresentação de espetáculos, no período compreendido entre 22h00 do primeiro dia até as 05h00 do dia subsequente, terá direito à remuneração acrescida em 20% (vinte por cento), independente da espécie contratual. CLÁUSULA 14º - ESTABILIDADE PROVISÓRIA — SERVIÇO MILITAR Fica garantida a estabilidade provisória ou pagamento correspondente, ao empregado em idade de alistamento de serviço militar, desde a data do alistamento até 30 (trinta) dias após o desligamento. Ficando suspenso o contrato de trabalho conforme artigo 472 da CLT. CLÁUSULA 15º - LICENÇA CASAMENTO As empresas concederão a todos os empregados que contraiam matrimônio, Licença remunerada de 05 (cinco) dias a contar do evento, independente do período normal de férias caso estas sejam gozadas a partir do último dia da licença. CLÁUSULA



Sindicato dos Empresários e
Produtores em Espetáculos de
Diversões no Estado do Paraná



www.seped.org

16º - LICENÇA REMUNERADA NOJO Será garantida licença remunerada aos empregados, no caso de falecimento de pais, companheiros, conubentes, cônjuge, filhos ou irmãos, licença essa não inferior a 3 (três) dias. CLÁUSULA 17º - AUXÍLIO DOENÇA/AUXÍLIO DOENÇA ACIDENTÁRIO As empresas complementarão a partir do 16º (décimo sexto) dia até o 60º (sexagésimo) dia de afastamento, o salário-base dos empregados afastados em gozo de auxílio-doença ou auxílio-doença acidentário, nas condições abaixo: Parágrafo 1º - Os empregados com mais de 90 (noventa) dias de serviço prestados às empresas, em período de carência para gozo de auxílio-doença junto ao INSS, terão seu salário pago pela empresa até o 60º (sexagésimo) dia de afastamento, compensando-o nos salários futuros ou nas verbas rescisórias. Parágrafo 2º - As empresas se comprometem, em caso de atraso no pagamento pelo INSS, a adiantar mensalmente, na mesma data de pagamento dos demais empregados, no mínimo, 80% (oitenta por cento) dos valores devidos pelo INSS, aos empregados que recebem auxílio-doença ou auxílio-doença acidentário. Parágrafo 3º - O empregado afastado por auxílio-doença ou auxílio-doença acidentário obriga-se a comunicar às empresas, em 15 (quinze) dias, da data do deferimento do benefício e a devolver os valores pagos adiantadamente, em igual número de vezes em que tiver ocorrido o adiantamento no valor máximo de 40% (quarenta por cento) de seu salário mensal ou nas verbas rescisórias quando será compensado em sua totalidade. Parágrafo 4º - O pagamento previsto nesta cláusula deverá ser efetuado na mesma data em que forem efetuados os pagamentos de salários dos demais empregados. CLÁUSULA 18º — AUXÍLIO FUNERAL No caso de falecimento do empregado, a empresa reembolsará o valor despendido com o funeral até o valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais). Parágrafo 1º - O previsto no caput desta cláusula não é aplicável às empresas que mantenham seguros e/ou benefício que inclua o ressarcimento ou a cobertura das despesas com o funeral de seus empregados, superior ao estipulado nesta Convenção. Parágrafo 2º - As empresas se comprometem a pagar as verbas rescisórias aos dependentes do falecido, no prazo legal, tão logo comprovada a habilitação perante a Previdência Social. CLÁUSULA 19º — ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS Na falta de serviço médico da empresa ou convênio do empregador ou do empregado, as empresas reconhecerão

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR

Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
(41) 3225-3905 - Curitiba - PR

Página 7 de 50



Sindicato dos Empresários e
Produtores em Espetáculos de
Diversões no Estado do Paraná



www.seped.org

a validade dos atestados fornecidos pelos médicos e dentistas desde que em conformidade com a legislação vigente, inclusive quando for acompanhante de filho menor de idade ou Pessoa com Deficiência, cônjuge e equiparados, bem como ascendentes idosos, nos termos da Lei 10.741/2003. CLÁUSULA 20º - APOSENTADORIA E ESTABILIDADE Ao empregado das áreas de teatro, audiovisual e ópera que, comprovadamente, estiver a um máximo de 24 (vinte e quatro) meses da aposentadoria e for dispensado, não ocorrendo dispensa por falta grave - justa causa, ficará assegurado o emprego ou salário no período que faltar para o evento de reforma. Parágrafo 1º - Este prazo é de: I - 72 (setenta e dois) meses para os empregados de empresas e companhias circenses; e II - 48 (quarenta e oito) meses para os empregados de empresas e companhias de dança. Parágrafo 2º - Para fazer jus ao benefício, o empregado deverá comunicar ao empregador por escrito seu prazo de reforma. CLÁUSULA 21º - COMPROVANTE DE PAGAMENTO Será obrigatório o fornecimento do comprovante de pagamento, com discriminação das importâncias pagas e dos descontos efetuados, contendo a identificação da empresa, a data e o valor do FGTS a ser recolhido. CLÁUSULA 22º - CARTA AVISO DE DISPENSA, SUSPENSÃO OU ADVERTÊNCIA As empresas fornecerão comprovantes, por escrito, contendo os motivos da rescisão do contrato de trabalho aos empregados dispensados por justa causa, bem como ao fornecimento, também por escrito, dos motivos originadores da suspensão ou advertência, sob pena de gerar presunção de demissão sem justa causa. CLÁUSULA 23º - PAGAMENTO DOS SALÁRIOS O pagamento dos salários será antecipado para o dia útil imediatamente anterior, quando a data coincidir com os sábados, domingos e feriados. Parágrafo 1º - Quando o pagamento for efetuado mediante cheque ou depósito bancário, com exclusão do cheque salário, as empresas estabelecerão condições para que os empregados possam descontar o cheque ou ir ao banco no mesmo dia que for efetuado o pagamento, sem que seja prejudicado seu horário de refeição. Parágrafo 2º - As empresas concederão aos seus empregados adiantamento salarial da ordem de 40% (quarenta por cento) do salário nominal, adiantamento esse a ser dado no 15º (décimo quinto) dia após o pagamento do último salário ou no dia imediatamente anterior, caso recaia em sábado, domingo ou feriado, salvo em caso de acordo coletivo de trabalho celebrado entre a empresa

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR

Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
(41) 3225-3905 - Curitiba - PR



Página 8 de 50



Sindicato dos Empresários e
Produtores em Espetáculos de
Diversões no Estado do Paraná



www.seped.org

e o sindicato profissional. CLÁUSULA 24º - ESTAGIÁRIOS Poderão ser admitidos estagiários de acordo com a Lei Federal 11.788/08, em colaboração aos serviços e produções culturais. Parágrafo Único - Fica vedada a utilização de estagiários em substituição ao técnico profissional. CLÁUSULA 25º - SEGURO DE VIDA E ACIDENTE DO TRABALHO As empresas que não tiverem seguro de vida para seus empregados contratarão um seguro de vida e de Acidente do Trabalho para cobrir riscos de viagem em serviço e/ou unidades externas. Esse seguro não poderá ser inferior a 80 (oitenta) Salários Mínimos Culturais do Paraná. CLÁUSULA 26º - QUADRO DE AVISOS As empresas deverão manter quadro de aviso em local acessível aos empregados, na metragem adequada ao local, para fixação de matéria de interesses da categoria profissional e patronal, vedada a divulgação de material político-partidário ou ofensivo a quem quer que seja. No material informativo, deverá estar identificado o responsável por sua publicação para fins de direito. Parágrafo Único - As empresas poderão optar em substituição ao quadro de avisos por meios de comunicação digitais para divulgação das informações. CLÁUSULA 27º - FORNECIMENTO DE MATERIAL As empregadoras fornecerão gratuitamente aos empregados, em perfeitas condições de uso, uniformes, macacões ou peças de vestimenta e todos os Equipamentos de Proteção Individual - EPI's estabelecidos na legislação vigente, se a atividade assim o exigir. Parágrafo Único - É contido como material a ser fornecido os figurinos, maquiagens, adereços e demais apetrechos cênicos da produção. CLÁUSULA 28º - REFEIÇÃO As empresas obrigam-se a fornecer a seus empregados uma alimentação subsidiada mais favoráveis, e tíquete-refeição ou vale-alimentação, no valor mínimo de R\$ 25.00 (vinte e cinco reais) cada. Parágrafo 1º - O empregado receberá tantos tíquetes-refeição quantos forem os dias de trabalho efetivo no mês ou vale-alimentação no valor equivalente ao tíquete-refeição mensal, salvo condições mais favoráveis praticadas pelas empresas. Parágrafo 2º - Não será admitido pagamento de meio tíquete-refeição ou meio vale-alimentação, independentemente da jornada de trabalho diária do empregado. Parágrafo 3º - A concessão destes benefícios na forma do disposto na Lei 6.321/76 não constituem da remuneração do empregado e não se integrarão a esta para quaisquer fins e efeitos. CLÁUSULA 29º - NÃO-

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR

Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
(41) 3225-3905 - Curitiba - PR



Página 9 de 50



Sindicato dos Empresários e
Produtores em Espetáculos de
Diversões no Estado do Paraná



www.seped.org

categoria econômica conveniente poderão conceder benefícios, além daqueles já constantes em leis e nesta Convenção, sem a integração de seus valores na remuneração de seus empregados, quais sejam: 1. auxílio-creche; 2. auxílio-alimentação; 3. serviço médico, psicológico e odontológico; 4. seguro de vida; 5. auxílio-educação; 6. auxílio-óptica; 7. complementação de benefícios da previdência social; 8. previdência complementar; 9. reembolso bebê; 10. reembolso creche; 11. auxílio-vestuário; e 12. equipamentos. Parágrafo 1º - Eventuais outros benefícios poderão ser concedidos pelas empresas, sem a integração de seus valores na remuneração de seus empregados, com a anuência dos sindicatos. Parágrafo 2º - As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho ficam autorizadas a proceder aos descontos em folha de pagamento da participação dos empregados nos benefícios acima elencados colocados à disposição destes. CLÁUSULA 30º - TELETRABALHO (home office) Considera-se teletrabalho a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo. Parágrafo 1º - O comparecimento eventual e esporádico às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento não descaracteriza o regime de teletrabalho. Parágrafo 2º - A jornada dos empregados poderão ser cumprida, integral ou parcialmente, de forma remota e não poderão ultrapassar 08 horas diárias e 44 horas semanais. Parágrafo 3º - Nas atividades cujo desempenho se faça necessária a realização de esforços repetitivos, deverá ser concedido ao trabalhador intervalos mínimos de 30 (trinta) minutos por período de trabalho (totalizando uma hora por dia). As empresas deverão implantar e desenvolver um plano ou programa para estudar e equacionar a questão, de acordo com as normas regulamentadoras e legislação correspondentes. CLÁUSULA 31º - HIPERSUFICIENTES Considera-se trabalhador hipersuficiente aquele portador de diploma de nível superior que perceba salário mensal igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social vigente. Parágrafo Único - Garante-se aos empregados hipersuficientes o direito de negociar seu contrato laboral, desde que não contravenha às disposições de proteção ao trabalho. CLÁUSULA 32º -

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR

Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
(41) 3225-3905 - Curitiba - PR



Sindicato dos Empresários e
Produtores em Espetáculos de
Diversões no Estado do Paraná



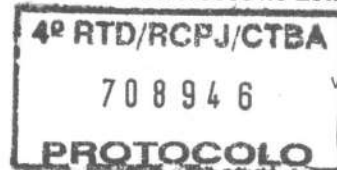
www.seped.org

ARBITRAGEM Nos contratos individuais de trabalho abrangidas por esta parte I da Convenção Coletiva, cuja remuneração seja superior a duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, poderá ser pactuada cláusula compromissaria de arbitragem, desde que por iniciativa do empregado ou mediante a sua concordâncias expressa, nos termos previstos na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996. CLÁUSULA 33º - HOMOLOGAÇÕES As homologações que ultrapassarem 1 (um) ano serão todas realizadas no sindicato profissional da categoria, sendo nula a rescisão realizada sem a sua participação e chancela. CLÁUSULA 34º - TRABALHO INTERMITENTE É facultado às empresas utilizar o trabalho na modalidade de trabalho intermitente, disposto na Lei 13.467/17. Parágrafo 1º - O empregado que realizar seu trabalho na condição de intermitente não poderá receber valor inferior à jornada de 8 horas. Parágrafo 2º - Aplicam-se os demais benefícios concedidos às demais modalidades. CLÁUSULA 35º - AUXÍLIO CRECHE E AMAMENTAÇÃO Nas empresas com mais de 250 (duzentos e cinquenta) empregados, independentemente das categorias envolvidas, será providenciada a instalação de creches em suas dependências, ou será celebrado convênio com creches devidamente autorizadas pelos órgãos públicos, objetivando atender os filhos dos empregados até que atinjam 05 (cinco) anos e 11 (onze) meses, sobremaneira os empregadas não abrangidos pela categoria das artes cênicas. Parágrafo único - Determina-se a instalação de local apropriado à amamentação de crianças até três anos de idade, facultado convênio com creches. Faculta-se, ainda ao empregador, que no período de amamentação da pessoa lactante, seja o trabalho feito em regime de teletrabalho / home office. CLÁUSULA 36º - TRABALHADORES PORTADORES DE HIV, CÂNCER E DOENÇAS PSIQUIÁTRICAS Recomenda-se quanto aos trabalhadores portadores da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), Laudos de incapacidade física, Câncer e/ou doenças psiquiátricas, além de todas as garantias previstas na legislação em vigor e nesta Convenção Coletiva de Trabalho, sejam garantidos, complementarmente: 1. Função compatível com o seu estado de saúde; 2. Sigilo quanto a seu estado de portador; 3. Que os testes HIV, Câncer e Psiquiátricos só serão realizados nos casos de indicação clínica e com autorização e vontade manifesta por escrito do trabalhador. CLÁUSULA 37º - GESTANTE É garantido às mulheres gestantes, além





Sindicato dos Empresários e
Produtores em Espetáculos de
Diversões no Estado do Paraná



www.seped.org

de todas as garantias previstas na legislação em vigor e nesta Convenção Coletiva de Trabalho, estabilidade de 12 (doze) meses após o nascimento ou aborto, desde que o evento gestacional seja pela gestante manifesto e comprovado mediante resultado de teste de gonadotrofina coriônica humana, ou outro equivalente.

CLÁUSULA 38º - IDENTIDADES DE GÊNERO É garantido às/aos Mulher trans; Homem trans; Travesti; Transgênero Transmasculino; Transgênero Transfeminina; Genderqueer ou Não-binárias; Terceiro gênero; Dois-espíritos; Transformistas ou Crossdresser; Drag queen; Drag king; Drag queer; Fa'afafine; Fakaleiti; Hijra; Kathoey; Khanith; Māhū; Mukhannathun; Muxe; Virgem juramentada; Yinyang ren; X-gêneros; dentre outras quaisquer identidades de gênero, serem tratados pelo Gênero que se declarem e pelo Nome Social, independentemente de estarem juridicamente reconhecidos como tal, bem como de serem igualmente tratados pelo gênero neutro, caso assim manifestem vontade.

Parágrafo 1º - Àqueles que se declarem identificados com um gênero, é-lhes permitido frequentar ambientes privativos ao gênero que assim entendam, bem como do empregador garantir estes acessos e garantir pela privacidade, caso requerido pelo indivíduo.

Parágrafo 2º - Conceder-se-á licença de até 120 dias aos optantes por cirurgia de readequação sexual ou aos que, a pedido, estiverem em processo de transição de gênero.

CLÁUSULA 39º - DA PROTEÇÃO ÀS ORIENTAÇÕES SEXUAIS É dever do empregador zelar pela proteção e respeito às Identidades sexuais / Orientações Sexuais de seus empregados, apurando quaisquer eventos danosos e os reportando às autoridades competentes.

CLÁUSULA 40º - GARANTIA DE SALÁRIO NO PERÍODO DE AMAMENTAÇÃO É garantido às mulheres, no período de amamentação, o recebimento do salário, sem prestação de serviços, quando o empregador não cumprir as determinações dos §§ 1º e 2º do art. 389 da CLT, até 12 (doze) meses a partir do nascimento.

CLÁUSULA 41º - JORNADA DO ESTUDANTE Proíbe-se a prorrogação da jornada de trabalho do empregado estudante, ressalvadas as hipóteses dos arts. 59 e 61 da CLT.

CLÁUSULA 42º - ATRASO NO PAGAMENTO DE SALÁRIO Estabelece-se multa de 5% sobre o saldo salarial na hipótese de atraso no pagamento de salário superior a 25 (vinte e cinco) dias. Eventuais situações extraordinárias, poderão ser resolvidas através de acordo coletivo com o Sindicato profissional.

CLÁUSULA 43º - ABONO DE FALTA PARA

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR

Registro de Titulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Juridicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
(41) 3225-3905 - Curitiba - PR


Página 12 de 50



Sindicato dos Empresários e
Produtores em Espetáculos de
Diversões no Estado do Paraná



www.seped.org

LEVAR FILHO OU GESTANTE ÀS CONSULTAS MÉDICAS Assegura-se o direito à ausência remunerada de 1 (um) dia por semestre ao empregado, para levar ao médico filho menor ou dependente previdenciário de até 6 (seis) anos de idade, mediante comprovação no prazo de 72 (setenta e duas) horas. Assegura-se o direito à ausência remunerada de 2 (dois) dias ao empregado para acompanhar consultas médicas e exames complementares durante o período de gravidez de sua esposa ou companheira, mediante comprovação no prazo de 72 (setenta e duas) horas. Parágrafo 1º - Empregado que for solicitado como acompanhante de gestante de família monoparental ou gestante solteira/o/e gozará do mesmo direito referido no caput. Parágrafo 2º - Famílias pluriparentais gozarão de direito equivalente, independente do sexo do indivíduo gestante. Parágrafo 3º - O homem transgênero gestante será atendido pelo mesmo direito do caput. CLÁUSULA 44º - LICENÇA-MENSTRUAL Às mulheres em período menstrual, que declaradamente manifestem menstruação dolorosa, poderão requisitar 3 (três) dias de licença/mês. Parágrafo único - O homem transgênero menstruado será atendido pelo mesmo direito do caput. CLÁUSULA 45º - LICENÇA-PATERNIDADE Reconhece-se a licença-paternidade com dispensa remunerada de até 45 (quarenta e cinco) dias após o nascimento ou aborto da companheira, por acerto entre as partes. CLÁUSULA 46º - ADOÇÃO Reconhece-se o direito de primeiro contato e adaptação dos adotantes, independentemente das tentativas de adoção, bem como é concedido licença-maternidade / licença-paternidade após a formalização da adoção. CLÁUSULA 47º - FÉRIAS - INÍCIO DO PERÍODO DE GOZO O início das férias, coletivas ou individuais, não poderá coincidir com sexta, sábado, domingo, feriado ou dia de compensação de repouso semanal. CLÁUSULA 48º - UNIFORMES E FIGURINOS Determina-se o fornecimento gratuito de uniformes e figurinos, desde que exigido seu uso pelo empregador. CLÁUSULA 49º - CONTRATANTES LONGA MANUS DO ESTADO Empregadores Pessoas Jurídicas de Direito Privado, ainda que Organizações Sociais, Serviços Sociais Autônomos ou Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, que mantenham Contrato de Gestão e/ou Termo de Parceria e/ou Termo de Cooperação Técnica com o Poder Público, independentemente se Municípios, Estados, União, ou ainda Entidades a estes poderes vinculadas; não poderão manter companhias de teatro, dança, circo ou

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR

Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
(41) 3225-3905 - Curitiba - PR

Página 13 de 50



Sindicato dos Empresários e
Produtores em Espetáculos de
Diversões no Estado do Paraná



ópera ou corpos estáveis com integrantes categorizados por prestação de serviço, sendo necessário o contrato de trabalho via CLT. Unidade II Trabalhadores com contrato Temporário, Eventual, Autônomo, Terceirizado e Prestadores de Serviço sem vínculo empregatício. São beneficiários desta Unidade II da 1ª Convenção Coletiva de Trabalho, especificamente quanto ao disposto nas cláusulas abaixo-discriminadas, os trabalhadores temporários, eventuais, autônomos, terceirizados e prestadores de serviço sem vínculo trabalhista e MEI's, desde que não presentes, concomitantemente, os elementos do vínculo de emprego, constantes do artigo 3º da Consolidação das Leis do Trabalho. Considerando que os sindicatos convenientes reconhecem que as formas tradicionais de contratação não atendem a necessidade das empresas do setor, dadas as peculiaridades do ofício da categoria profissional aqui abarcada, de abranger parte dos profissionais que atuam no mercado da Indústria do Cultural, eis que não se encaixam, perfeitamente, a nenhuma destas formas de contratação. Considerando que novas formas de contratação que vieram com a reforma trabalhista (Leis Federais 13.429/2017 e 13.467/2017) e precisam ser reguladas através de um instrumento normativo que contemplem a realidade fática e ao mesmo tempo proporcione a proteção social necessária aos trabalhadores das artes cênicas, independentemente da sua forma de contratação ou se o contratante seja pessoa jurídica de direito público ou privado. Considerando ainda que os profissionais técnicos-artísticos que laboram na Indústria Cultural das Artes Cênicas, independentemente do caráter artístico ou técnico, têm profissão regulamentada, à luz da Lei Federal 6.533/78 e do Decreto 82.385/78, e que todos estes profissionais, mesmo sem vínculo trabalhista, são legitimamente representados pelo SATED-PR e que a bi-frontalidade está concretizada através do SEPED-PR no tocante às empresas e produtores de artes cênicas, que representa o segmento da indústria dos meios de produção cênicas, tem-se que: CLÁUSULA 50º - ABRANGÊNCIA São beneficiários desta Unidade II da Convenção Coletiva de Trabalho, especificamente quanto ao disposto nas cláusulas abaixo-discriminadas, os seguintes artistas e técnicos-artísticos com profissão regulamentada: trabalhadores com contrato temporário, eventual, autônomo, terceirizado e prestadores de serviço sem vínculo trabalhista, doravante denominados de prestadores de serviços desde que não presentes.

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR

Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
(41) 3225-3905 - Curitiba - PR

Página 14 de 50



concomitantemente, os elementos do vínculo de emprego, constantes do artigo 3º da Consolidação das Leis do Trabalho, contratados através da pessoa jurídica ou por tomadora de serviços, pela Indústria Cultural das Artes Cênicas e do Audiovisual a ela ligada, inclusive empresas de terceirização ou terceirizadas.

CLÁUSULA 51º - REPRESENTAÇÃO As empresas aqui representadas pelo SEPED-PR, cientes de que os profissionais que laboram na cadeia produtiva das artes cênicas possuem profissão regulamentada e independentemente da forma de contratação, são legitimamente representados pelo SATED-PR. Parágrafo único - Poderão contratar os trabalhadores abrangidos por esta Unidade II, desde que garantidos os direitos previstos nos incisos IV, V, VII, X, XIII, XVI, XXII, XXVI, XXVIII, XXX, XXXI, XXXII, XXXIV do artigo 7º da Constituição Federal de 1988, inclusive, quanto à obrigatoriedade do registro dos contratos no Sindicato competente e pagamento da taxa respectiva.

CLÁUSULA 52º - VALORES MÍNIMOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS As empresas, quando contratarem serviços em caráter transitório na produção cênica, obedecerão a tabela de preços mínimos constante no Anexo I desta 1ª CCT. Parágrafo Único - Os artistas e técnicos-artísticos poderão negociar livremente seus valores, desde que, não sejam inferiores aos preços mínimos fixados nas tabelas desta convenção.

CLÁUSULA 53º - REAJUSTE AUTOMÁTICO DOS VALORES MÍNIMOS Dos valores contidos na tabela, aplicar-se-á o reajuste automático a cada data-base pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (cujo índice de correção entre dezembro 2020 a novembro 2021 foi de 1,10958520%; com valor percentual correspondente de 10,958520%), independente da celebração de novas Convenções Coletivas de Trabalho e/ou Acordos Coletivos de Trabalho.

CLÁUSULA 54º - DA DURAÇÃO DO TRABALHO/SERVIÇOS CONTRATADOS O trabalho/serviço contratados na produção cênica dar-se-á pela apresentação do prestador no local determinado pela produção.

Parágrafo 1º - O tempo da prestação de serviços deverá ser de no máximo de 8 (oito) horas diárias, com uma hora para refeição e descanso e quando semanal, não poderá ultrapassar 44 horas.

Parágrafo 2º - O regime semanal será preferencialmente de 5 (cinco) dias trabalhados para 2 (dois) dias de descanso. Se o trabalho for de até 30 (trinta) dias, excepcionalmente, a carga semanal poderá ser de até, no máximo, 6 (seis) dias trabalhados para 1 (um) dia de descanso. Se o

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR

Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
(41) 3225-3905 - Curitiba - PR



Sindicato dos Empresários e
Produtores em Espetáculos de
Diversões no Estado do Paraná

4º RTD/RCPJ/CTBA
708946
PROTOCOLO

www.seped.org

trabalho for maior ou ultrapassar os 30 (trinta) dias, a regra é de 5 (cinco) dias trabalhados para 2(dois) dias de descanso. Excepcionalmente e desde que acordado no início do projeto, poderá ser estabelecida a carga semanal de 5 (cinco) dias laborados, com 2 (dois) dias semanais de descanso e de seis dias laborados para 1 (um) dia semanal de descanso, garantindo-se que ao menos a metade das semanas do trabalho realizado, seja realizada no regime de 5 (cinco) dias trabalhados por 2(dois) dias de descanso. Na necessidade imperiosa de se estabelecer diferentes jornadas semanais, poderá ser confeccionado Acordo Coletivo de Trabalho para atender especificamente o caso. Parágrafo 3º - No caso dos serviços serem prestados além da 8º (oitava) hora diária, o prestador terá direito de receber pelas horas suplementares, com um adicional de 50 % (cinquenta por cento) para as 2 (duas) primeiras e 100% (cem por cento) para as seguintes. Os trabalhos prestados em feriados serão remunerados com 100% (cem por cento) de acréscimo. Parágrafo 4º - As folgas serão preferencialmente realizadas aos domingos. Parágrafo 5º - Os dias de folga serão marcados e/ou alterados com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência. Parágrafo 6º. O término da prestação de serviços em filmagens ou gravações, dar-se-á na hora da dispensa do Contratado através da produção, que será anotado na Ficha individual. Parágrafo 7º - Será assegurado ao prestador, o período mínimo de 12 (doze) horas consecutivas de descanso entre duas jornadas sucessivas. CLÁUSULA 55º - COMPENSAÇÃO DO TEMPO EXCEDENTE EXCEPCIONAL AO PERÍODO PREVISTO NA PRODUÇÃO Na contratação de serviços em caráter transitório na produção cênica, a compensação se dará nas seguintes condições: Parágrafo 1º - Na ocorrência de necessidade excepcional e imperiosa da continuação do trabalho no ambiente de produção, em período posterior ao previsto no plano de produção o horário, desde que não ultrapasse 30 (trinta) minutos, poderá ser compensado, na relação de 1:2 para cada minuto excedente, respeitando as 12 horas de descanso entre jornadas. Parágrafo 2º - A compensação deverá necessariamente ocorrer na produção do dia seguinte. Na necessidade imperiosa, desde que acordado com o técnico, a compensação poderá ser feita em até 5 (cinco) dias. Parágrafo 3º - Ultrapassados os 30 (trinta) minutos, o período será cobrado integralmente como horário suplementar, nos exatos termos da cláusula anterior. Parágrafo 4º - A presente cláusula não se aplica

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR

Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
(41) 3225-3905 - Curitiba - PR



Sindicato dos Empresários e
Produtores em Espetáculos de
Diversões no Estado do Paraná



www.seped.org

ao último dia de espetáculo. CLÁUSULA 56º - DESLOCAMENTOS/VIAGENS É de responsabilidade da contratante nos casos de produção fora do local contratado, custear todas as despesas de deslocamentos e viagens, proporcionando hospedagem com quarto e banheiro individuais, excetuado quando não houver comprovada e notória estrutura suficiente. Obriga-se a empresa contratante a fornecer alimentação própria do horário ao contratado, a cada período de 6 (seis) horas, contados do início do trabalho/serviço, ficando a critério desta o tipo de fornecimento no que se refere ao café da manhã, almoço, jantar e ceia. Parágrafo 1º - Nos períodos de pré-produção, produção, desprodução, e pós-produção, deverão ser fornecidos, quando não fornecida refeição, em dinheiro não inferiores a RS 25,00 (vinte e cinco reais) para cada refeição própria do horário enquanto estiver o profissional à disposição da empresa contratante, tendo o contratado direito a 1 (uma) hora de intervalo e descanso, no almoço e/ou no jantar. CLÁUSULA 57º - PRAZO DE PAGAMENTO Os prestadores de serviço ou terceirizados receberão pela prestação de serviços, no máximo em 30 (trinta) dias após concluso. Eventuais outras formas de pagamento deverão ser acordadas entre o Sindicato de Classe e a produtora. Parágrafo 1º - O fechamento deverá ser feito em no máximo 5 (cinco) dias úteis após o término do trabalho. Parágrafo 2º - Os sindicatos econômico e profissional, em razão da alta taxa de inadimplência das empresas contratantes em relação aos serviços prestados por trabalhadores temporários, eventuais, autônomos, terceirizados e prestadores de serviço sem vínculo trabalhista, mesmo através de pessoas jurídicas, estipulam que poderá haver cobrança destes serviços não pagos através de empresa profissional de cobrança, com acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor inadimplido. CLÁUSULA 58º - PAGAMENTO ESPECIAL DE DIREITOS AUTORAIS Os detentores de direitos autorais, nos termos da lei 9.610/98, terão direito de receber um adicional quando houver aproveitamento do trabalho realizado para fotografias e/ou gravações para fins comerciais, desde que não seja promocional para o próprio trabalho, se não negociado previamente. CLÁUSULA 59º - HOMOLOGAÇÃO DE CONTRATOS DE TRABALHO Todos os contratos celebrados, independente dos contratantes, serão homologados pelos sindicatos, podendo ou não acordarem tarifas para este serviço. CLÁUSULA 60º - HOMOLOGAÇÃO DE PROFISSIONAIS E

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR

Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
(41) 3225-3905 - Curitiba - PR



Sindicato dos Empresários e
Produtores em Espetáculos de
Diversões no Estado do Paraná



PRODUTORAS PARA PROJETOS INCENTIVADOS PELO PODER PÚBLICO Todos os projetos aprovados em editais e programas de fomento no Paraná deverão conter liberação do sindicato atinente quanto à regularidade e/ou profissionalização do prestador de serviço artístico ou técnico-artístico e ainda da produtora proponente, podendo ou não acordarem tarifas para este serviço. **CLÁUSULA 61º - CUSTOS / PAGAMENTOS DE PRODUÇÃO** As empresas produtoras repassarão as verbas de produção aos diretores de produção em dinheiro ou cartão de débito/cartão de saque ou pré-pago. Não será permitido depósito de verba em contas pessoais. A liberação da verba de produção depende da prestação de contas da verba anteriormente concedida. É responsabilidade da produtora facilitar a entrega dos cheques-caução e cartas de produção com papel timbrado. **CLÁUSULA 62º - SEGURO DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS** Obriga-se a Contratante a fazer as suas expensas Seguro de Vida e de Acidentes Pessoais por todo o período efetivamente trabalhado a favor do Contratado (pré-produção, produção, desprodução e pós-produção), garantindo uma indenização mínima de 80 (oitenta) Salários Mínimos Culturais do Paraná. **UNIDADE III Disposições Gerais CLÁUSULA 63º - MÃO DE OBRA ESTRANGEIRA** Quando da realização de produções com a contratação de mão de obra majoritariamente estrangeira, a empresa responsável no Brasil recolherá, ao Sindicato Profissional, a taxa que exige o Decreto 82.385 de 1978, de importância relativa a 10% do valor total do ajuste a ser depositada em conta própria designada pelo Sindicato profissional, que inclui o cachê pago e todas as despesas relacionadas ao transporte, alimentação e hospedagem. **Parágrafo único** - as empresas deverão fornecer ao sindicato profissional cópia do visto de trabalho e a carta de autorização, quando for o caso. **CLÁUSULA 64º – FIGURAÇÃO NÃO PROFISSIONAL** Ao membro que participar da cena como figurante, entender-se-á que o mesmo faz parte da cena ou que compõe o cenário, sendo-lhe assegurado cachê correspondente ao figurante profissional. **CLÁUSULA 65º - BANHEIROS** Quando da realização de produções externas, deverá ser garantido acesso a sanitários em condições higiênicas adequadas de uso e em quantidade compatível a número de usuários, respeitando as distinções autodeclaradas de gênero. **CLÁUSULA 66º - TERMO CONTRATUAL** As empresas produtoras quando da contratação de técnicos prestadores, utilizarão o Termo

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR

Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
(41) 3225-3905 - Curitiba - PR

Página 18 de 50



Sindicato dos Empresários e
Produtores em Espetáculos de
Diversões no Estado do Paraná



www.seped.org

Contratual definido em Anexo II ou modelo equivalente desenvolvido pela empresa produtora. CLÁUSULA 67º - TERMO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TERCEIRIZADOS As empresas, quando da contratação de terceirizados e prestadores de serviço sem vínculo empregatício, utilizarão, Termo de Prestação de Serviços e de Terceirizados, definido em Anexo III ou modelo equivalente desenvolvido pela empresa produtora. CLÁUSULA 68º - REGISTRO PROFISSIONAL PROVISÓRIO Em atenção aos acordos firmados entre o SATED-PR e o SEPED-PR nas atas de 07.04.1995 e 18.09.1995, são os ditames para a concessão de Registro Profissional Provisório: I - As Produtoras, Companhias, Grupos ou Órgãos Oficiais requisitarão ao Sindicato Patronal a concessão de Registro Profissional Provisório, que deliberará e encaminhará o pedido ao Sindicato dos Trabalhadores; II - A requisição será com limitação de: a. um registro para equipe mínima de 6 (seis) artistas ou técnicos; b. dois registros para equipe acima de 12 (doze) artistas ou técnicos. III - A parte requisitante deverá, ao formalizar o pedido, fundamentar a necessidade e juntar o contrato de trabalho de exclusividade do interessado com a parte requisitante; IV - O Registro Profissional Provisório terá validade máxima de 1 (um) ano e não dará direito ao Registro Profissional Permanente; V - A parte requisitante que descumprir integralmente, sem motivo justificado, o contrato com o detentor do Registro Profissional Provisório, ficará impedida no mesmo ano de requerer novo pedido; VI - As entidades sindicais envolvidas na concessão não são obrigadas a concederem o Registro Profissional Provisório. CLÁUSULA 69º - DA CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS Poderão ser contratados profissionais que exerçam suas atividades na forma de Pessoas Jurídicas, desde que não presentes, concomitantemente, os elementos do vínculo de emprego, constantes do artigo 3º da Consolidação das Leis do Trabalho. Parágrafo 1º - Os profissionais contratados na forma de pessoas jurídicas são aqueles exercentes do trabalho sem vínculo empregatício, quando contratados os serviços específicos e determinados, para atender demanda específica do seu contratante. Parágrafo 2º - Os profissionais contratados na forma de pessoas jurídicas - ainda que não caracterizados como empregados - usufruirão da proteção desta convenção, ainda que parcialmente, naquilo que couber. principalmente a integralidade das cláusulas constantes das Unidades II e III desta CCT. Parágrafo 3º - A contratação de

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR

Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
(41) 3225-3905 - Curitiba - PR

Página 19 de 50



Sindicato dos Empresários e
Produtores em Espetáculos de
Diversões no Estado do Paraná



www.seped.org

peças jurídicas obriga a Contratante a depositar os termos relativos aos profissionais técnicos constantes abarcados por esta CCT. Parágrafo 4º - As partes, i.e. sindicatos patronal e profissional, poderão, de comum acordo, estabelecer contribuições facultativas, de contraprestação aos serviços prestados pelos respectivos sindicatos. CLÁUSULA 70º - RELAÇÃO DE EMPREGADOS Obriga-se a empresa a remeter ao sindicato profissional no mês de dezembro, a relação dos empregados pertencentes à categoria. CLÁUSULA 71º - OBRIGATORIEDADE DE PROFISSIONALIZAÇÃO É obrigatório para o exercício profissional de que trata o Decreto nº 82.385, de 5 de outubro de 1978, que regulamentou a Lei nº 6.533, de 24 de maio de 1978, o prévio registro na Superintendência Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, ficando vedada a contratação de profissionais, independente da forma de contratação, que não possuam tal registro, inclusive através de empresa ou terceirizado e, por isso, as empresas não contratarão, para o exercício das funções técnicas e artísticas trabalhadores que não possuem ou não efetuarem seu Registro Profissional no Ministério do Trabalho e Emprego, na forma da Lei 6.533/78 e Decreto 82.385/78. Parágrafo Único - A contratação de pessoas sem o Registro profissional, independentemente da infração a outras cláusulas, constitui infração passível de multa, nos termos da Cláusula 76º desta Convenção. CLÁUSULA 72º - REGISTRO PROFISSIONAL As partes convenientes acordam que, além da determinação legal, a obrigação do Registro Profissional e da confecção e registro dos contratos decorre também da Convenção Coletiva de Trabalho. Reconhecem as partes que o Registro Profissional é uma certificação da condição e qualificação profissional do técnico, bem assim a confecção e registro do contrato servem à proteção dos seus interesses, bem como os da produtora, especialmente no que toca à saúde e segurança e também ao acompanhamento da situação laboral de cada artista ou técnico. Parágrafo Único - O Registro Profissional será fornecido pelo sindicato profissional por Atestado de Capacitação Profissional, mediante a comprovação de critérios estabelecidos em anexo. CLÁUSULA 73º - SEGURANÇA E ACESSIBILIDADE NAS PRODUÇÕES E ESPAÇOS CÊNICOS Os empregadores representados pelo sindicato Patronal, se obrigam a dar aos seus empregados, bem como os trabalhadores sem vínculo de emprego o cumprimento a toda a legislação relativa à saúde e segurança do trabalhador, sem

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR

Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
(41) 3225-3905 - Curitiba - PR

Página 20 de 50



Sindicato dos Empresários e
Produtores em Espetáculos de
Diversões no Estado do Paraná



qualquer exceção, especialmente as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, naquilo que for cabível, garantindo aos trabalhadores sem vínculo de emprego segurança adequada ao desenvolvimento da prestação de serviços. Parágrafo 1º - Todos os trabalhadores empregados e prestadores de serviço se obrigam a fazer o curso relativo à NR 05 (CIPA). Parágrafo 2º - Os técnicos-artísticos e todos os profissionais que tiverem aptidão física e possam contribuir para a segurança da produção ou dos espetáculos, mesmo os assistentes, se obrigam, na periodicidade exigida pela legislação, a fazer os cursos das Normas Regulamentadoras 10 (Eletricidade) e 35 (Altura). Parágrafo 3º - As empresas fornecerão, gratuitamente, aos contratados todos os Equipamentos de Proteção Individual - EPI's necessários ao desenvolvimento da atividade contratada e estabelecidos na legislação vigente, se a atividade assim o exigir. Parágrafo 4º - É de responsabilidade das empresas a acessibilidade adequada para as pessoas com deficiência, sendo sua ausência caracterizada como forma de discriminação indireta. CLÁUSULA 74º- CONSTRANGIMENTO/ASSÉDIO MORAL E ASSÉDIO SEXUAL As entidades signatárias do presente estado manifestam seu repúdio à prática de quaisquer atos que resultem em constrangimento moral ou assédio moral, em conformidade com o ordenamento jurídico. Parágrafo 1º - As empresas se obrigam a proceder a avaliação e orientação de suas chefias para que sejam combatidos do ambiente do trabalho, perseguições, assédio moral, constrangimentos e qualquer gama de situações vexatórias, humilhantes proporcionadas aos trabalhadores, bem como combater e denunciar qualquer forma de assédio sexual. Parágrafo 2º - Incumbem-se, também, a manterem obrigatoriedade de registro policial no momento da constatação de qualquer evento de assédio, informando a vítima dos encaminhamentos necessários. Parágrafo 3º - Caso requisitado pela vítima, e se for o caso, o empregador ou contratante abonará as faltas até a publicação de medida protetiva pelo Poder Judiciário. CLÁUSULA 75º - ASSINATURA E DEPÓSITO DE CONTRATOS As notas contratuais e os contratos decorrentes dos trabalhadores indicados nas Unidades I e II desta Convenção Coletiva deverão ser assinados antes do início dos trabalhos e depositados na entidade profissional para registro e arquivo em no máximo 15 (quinze) dias após o início das produções. Parágrafo 1º - Os contratos de serviços temporário, eventual, autônomo, terceirizado e

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR

Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
(41) 3225-3905 - Curitiba - PR

Página 21 de 50



Sindicato dos Empresários e
Produtores em Espetáculos de
Diversões no Estado do Paraná



www.seped.org

prestadores de serviço sem vínculo trabalhista, bem como as notas contratuais e os contratos decorrentes de trabalho determinado e indeterminado e todos aqueles decorrentes da aplicação da Lei 6.533/78 e do decreto 82.385/78, deverão ser depositados na entidade profissional para registro e arquivo em no máximo 15 (quinze) dias após o início as produções. Parágrafo 2º - O presente é considerado firme e valioso para abranger, por seus dispositivos, todos os contratos individuais de trabalho firmados entre as empresas representadas pela entidade sindical patronal das categorias econômicas convenientes e os trabalhadores pertencentes à categoria profissional da respectiva entidade sindical laboral. CLÁUSULA 76º - ACESSO DE DIRIGENTES SINDICAIS Será livre o acesso de dirigentes do Sindicato Profissional nas empresas, nas locações e produções em andamento, de forma ordeira e respeitosa, sendo lícita a paralisação das atividades quando as condições dos ambientes de produção apresentarem riscos à saúde e segurança ou se for constatada a presença de estrangeiros nas filmagens e produções sem a documentação legal exigível, sendo obrigatório que os documentos dos profissionais estrangeiros estejam à disposição do sindicato no local da produção. Se for o caso, os mesmos deverão apresentar relatório ao proprietário da empresa, posteriormente. Parágrafo 1º - Poderá exigir a empresa produtora a presença do representante do Sindicato Patronal, a fim de qualquer autuação ou paralisação. Parágrafo 2º - Os representantes sindicais anuem em manter sigilo e confidencialidade das informações artísticas que tiverem acesso durante as visitas. CLÁUSULA 77º - DAS AUTUAÇÕES Concordam as partes que autuações por descumprimentos desta CCT e/ou das normas relativas ao direito do trabalho possam ser feitas pelos sindicatos atinentes, desde que ambos representantes estejam presentes à visita que ensejou a autuação. CLÁUSULA 78º - MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO Será cobrada a multa de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por infração e por empregado autônomo/prestador/eventual/terceirizado, às partes que infringirem quaisquer das Cláusulas ora pactuadas, bem como pela apresentação incompleta ou errada dos contratos, revertendo tal valor em benefício dos sindicatos ora convenientes, em partes iguais. CLÁUSULA 79º - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PROFISSIONAL As empresas descontarão de seus empregados, em uma única parcela, na folha de pagamento do mês subsequente à

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR

Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
(41) 3225-3905 - Curitiba - PR



Sindicato dos Empresários e
Produtores em Espetáculos de
Diversões no Estado do Paraná



www.seped.org

entrada em vigor da presente Convenção Coletiva, Contribuição Assistencial em favor do SATED-PR, devidamente aprovada em assembleia geral e expressamente autorizada pelo empregado, consistente em 3,5% (três e meio por cento) da remuneração global, a ser descontada no mês subsequente a assinatura da presente Convenção Coletiva, dos empregados representados pelo SATED-PR. Parágrafo 1º - Considera-se remuneração global, para fins desta cláusula, toda a remuneração percebida de base salarial, exceto os adicionais de horas extras, insalubridade, periculosidade e noturno. Parágrafo 2º - O total arrecadado na forma do inciso desta cláusula deverá ser recolhido no mês subsequente à entrada em vigor da presente Convenção e pago em até 10 (dez dias) após o desconto dos trabalhadores, sob pena de multa de 2% (dois por cento) ao dia, sobre o valor não recolhido, multa essa a ser paga pelo empregador. CLÁUSULA 80º - CARTÃO DE CONTRATANTE As empresas deverão manter Cartão de Contratante vigente para celebrar contratos homologados com os sindicatos e receber incentivos e fundos públicos no Paraná, sendo de responsabilidade do SEPED-PR a emissão de certidão de regularidade para fins de pedido deste cartão, junto ao Ministério do Trabalho e Emprego. CLÁUSULA 81º - DA DENÚNCIA As denúncias de descumprimentos desta CCT e da legislação vigente devem ser encaminhadas via formulário próprio com cópia para ambos sindicatos aqui signatários, conforme modelo anexo. CLÁUSULA 82º - COMBATE AO PRECONCEITO A classe acordante compromete-se a erradicar, combater, denunciar e apurar, quaisquer atos ou fatos que visem praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito, direta ou indiretamente, seja por raça; orientação sexual; religião; ideologia; origem étnica; gênero; diversidade funcional; aparência; classe social; ou quaisquer outras formas de segregação e supremacia, bem como a pugnar por mecanismos mitigadores e compensatórios aos grupos comumente segregados. CLÁUSULA 83º - NEGOCIAÇÃO DIRETA Acordam as partes que qualquer divergência na aplicação das cláusulas pactuadas neste instrumento coletivo será objeto de negociação direta entre os signatários ou entre as empresas e o Sindicato profissional conveniente, notificando-se o Sindicato do setor econômico. CLÁUSULA 84º - REVISÃO O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação total ou parcial da presente Convenção Coletiva ficarão subordinados às normas



estabelecidas pelo art. 615 da Consolidação das Leis do Trabalho. CLÁUSULA 85º - VIGÊNCIA Acordam as partes que todas as cláusulas negociadas nessa Convenção Coletiva de Trabalho vigorarão de XXXXXX a XXXXX, a exceção das cláusulas de natureza econômica, que terão efeito imediato. Assim, por estarem justos e acertados, e que produza os seus jurídicos e legais efeitos, assinam as partes convenientes a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, em 2 (duas) vias, que levarão à registro junto à Superintendência Regional do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, nos termos do artigo 614 da CLT>>. Em seguida, foram apresentados e discutidos os Anexos I, II, III, IV e V à Convenção Coletiva de Trabalho, a que foram aprovadas, também por unanimidade, e que vão acostadas a esta ata. Em virtude das extensas pautas vindouras, ficou convocada a próxima Assembleia Geral Extraordinária para o dia 21 de fevereiro de 2022, às 16:30h em 1ª convocação, na presença de 2/3 (dois terços) dos associados da entidade, e às 17:00h, em 2ª e última convocação, com a presença de no mínimo 1/3 (um terço) dos mesmos, com duração máxima de 3h de reunião, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Aprovação da 2ª proposta de Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) para a área de Audiovisual; 2. Assuntos atinentes. Esgotada a pauta e as discussões, o Sr. Presidente Gehad Ismail Hajar deu por encerrada a presente Assembleia Geral Extraordinária e eu, Eliane Iankilevich Berger, secretária *ad hoc*, lavrei e encerro a presente ata.


Gehad Ismail Hajar
Presidente




Eliane I. Berger
Secretária *ad hoc*

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
(41) 3225-3905 - Curitiba - PR



Sindicato dos Empresários e
Produtores em Espetáculos de
Diversões no Estado do Paraná

www.seped.org

ANEXO I

TABELAS DE VALORES MÍNIMOS





Tabelas de Referência de Valores Mínimos para Prestadores de Serviço

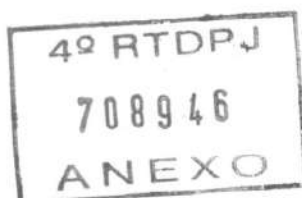
Técnicos

FUNÇÕES	FORMAS DE PAGAMENTO	VALORES MÍNIMOS
DIRETOR DE PRODUÇÃO	Mensal	R\$ 3.550,67
CENOTÉCNICO	Mensal Por apresentação	R\$ 1.553,42 R\$ 110,96
CONTRA REGRA	Mensal Por apresentação	R\$ 1.331,50 R\$ 110,96
CAMAREIRA DE ESPETÁCULO	Mensal Por apresentação	R\$ 1.331,50 R\$ 110,96
COSTUREIRA DE ESPETÁCULO	Mensal Por apresentação	R\$ 1.331,50 R\$ 110,96
DIRETOR DE CENA	Mensal Por apresentação	R\$ 1.331,50 R\$ 110,96
ELETRICISTA	Mensal Por apresentação	R\$ 1.331,50 R\$ 110,96
MAQUINISTA	Mensal Por apresentação	R\$ 1.331,50 R\$ 110,96
OPERADOR DE LUZ	Mensal Por apresentação	R\$ 1.664,38 R\$ 110,96
OPERADOR DE SOM	Mensal Por apresentação	R\$ 1.664,38 R\$ 110,96
TÉCNICO DE SOM	Mensal Por apresentação	R\$ 1.664,38 R\$ 110,96
SECRETÁRIO DE FRENTE	Mensal Por apresentação	R\$ 2.108,21 R\$ 110,96
SECRETÁRIO TEATRAL	Mensal Por apresentação	R\$ 2.108,21 R\$ 110,96



Teatro

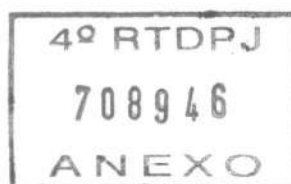
FUNÇÕES	FORMAS DE PAGAMENTO	VALORES MÍNIMOS
DIRETOR TEATRAL	Por empreitada/criação	R\$ 7.878,05
CENÓGRAFO	Por empreitada/criação	R\$ 3.550,67
FIGURINISTA	Por empreitada/criação	R\$ 3.550,67
ILUMINADOR (todas as áreas)	Por empreitada/criação	R\$ 3.550,67
SONOPLASTA	Por empreitada/criação	R\$ 3.550,67
ADERECISTA DE ESPETÁCULOS	Por empreitada/criação	R\$ 1.664,38
CABELEREIRO DE ESPETÁCULOS	Por empreitada/criação	R\$ 1.664,38
CARACTERIZADOR	Por empreitada/criação	R\$ 2.219,17
COREÓGRAFO TEATRAL	Por empreitada/criação	R\$ 3.550,67
MAQUILADOR DE ESPETÁCULOS	Por empreitada/criação	R\$ 1.664,38
ATOR/ATRIZ Protagonista e/ou coadjuvante	Por empreitada/criação	R\$ 2.995,88
ASSISTENTE DE DIREÇÃO	Por empreitada/criação	R\$ 3.328,76
FIGURANTE	Por empreitada/criação	R\$ 77,67
AULA DE TEATRO	Por empreitada/criação	R\$ 66,58





Dança

FUNÇÕES	FORMAS DE PAGAMENTO	VALORES MÍNIMOS
COREÓGRAFO PARA TEATRO	Por empreitada/projeto	R\$ 4.438,34
BAILARINO / DANÇARINO PARA TEATRO	Mensal	R\$ 3.328,76
	Por apresentação	R\$ 221,92
COREÓGRAFO PARA DANÇA DANÇA/CIRCO/ÓPERA	Por empreitada/projeto	R\$ 7.767,10
ASSISTENTE DE COREÓGRAFO	Mensal	R\$ 3.328,76
MAITRE DE BALLET	Mensal	R\$ 4.438,34
ENSAIADOR DE DANÇA	Mensal	R\$ 4.438,34
BAILARINO/DANÇARINO	Mensal	R\$ 3.328,76
	Por apresentação	R\$ 221,92
AULA DE DANÇA (hora até 1h e 30m)	Por hora	R\$ 88,77
BAILARINO / FIGURANTE DANÇA CIRCO, TEATRO E ÓPERA	Mensal	R\$ 1.109,59
	Por Apresentação	R\$ 88,77
COREÓGRAFO PARA TEATRO	Por empreitada/projeto	R\$ 4.438,34
BAILARINO / DANÇARINO PARA TEATRO	Mensal	R\$ 3.328,76
	Por apresentação	R\$ 221,92
COREÓGRAFO PARA DANÇA DANÇA/CIRCO/ÓPERA	Por empreitada/projeto	R\$ 7.767,10
ASSISTENTE DE COREÓGRAFO	Mensal	R\$ 3.328,76



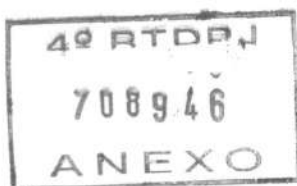


Sindicato dos Empresários e
Produtores em Espetáculos de
Diversões no Estado do Paraná

www.seped.org

Circo

FUNÇÕES	FORMAS DE PAGAMENTO	VALORES MÍNIMOS
ARTISTAS E TÉCNICOS	Mensal	R\$ 1.886,29
CIRCENSES	Por apresentação	R\$ 133,15





Ópera

FUNÇÕES	FORMAS DE PAGAMENTO	VALORES MÍNIMOS
ATOR/ATRIZ (Líricos - Solista)	Mensal Por apresentação	R\$ 5.326,01 R\$ 543,70
ATOR/ATRIZ (Líricos - Coralista)	Mensal Por apresentação	R\$ 1.109,59 R\$ 332,88
REGISSEUR (encenador / diretor de ópera)	Mensal Por apresentação	R\$ 8.876,68 R\$ 443,83
ASSISTENTE DE DIREÇÃO DE ÓPERA	Mensal Por apresentação	R\$ 4.438,34 R\$ 221,92
REGENTE DE ÓPERA	Mensal Por apresentação	R\$ 13.315,02 R\$ 1.109,59
DIRETOR DE CORO CÊNICO	Mensal Por apresentação	R\$ 6.657,51 R\$ 554,79
FIGURANTE DE ÓPERA (não cantante)	Mensal Por apresentação	R\$ 332,88 R\$ 55,48
DIRETOR DE PRODUÇÃO OPERÍSTICA	Mensal Por apresentação	R\$ 6.102,72 R\$ 554,79
CORREPETIDOR	Mensal Por apresentação	R\$ 3.328,76 R\$ 443,83





Sindicato dos Empresários e
Produtores em Espetáculos de
Diversões no Estado do Paraná

www.seped.org

ANEXO II

MODELO DE NOTAS CONTRATUAIS





NOTA CONTRATUAL n° ___/202_ Folha 01

Instrumento contratual para prestação de serviço caracteristicamente eventual de artista, por prazo não superior a 7 (sete) dias consecutivos, sendo vedada a utilização desse mesmo profissional, nos 60 (sessenta) dias subsequentes, por essa forma, pelo mesmo empregador (Art. 3º).

Documento em quatro vias, sendo: 1ª via - Contratante; 2ª via - Profissional contratado; 3ª via - Ordem dos Músicos do Brasil; 4ª via - Sindicato

O CONTRATANTE		com sede na		
Cidade		Estado	CNPJ n°	CPF n°
contrata os serviços do(s) Músico(s), abaixo relacionado(s), nas seguintes condições:				
CLÁUSULA PRIMEIRA O CONTRATADO se obriga a prestar seus serviços PROFISSIONAIS durante o período de ___/___/___ a ___/___/___				
CLÁUSULA SEGUNDA O CONTRATADO desempenhará suas funções nos horários e locais abaixo discriminados:				
Data	Horário	Local	Endereço	Cidade Estado
às				
às				
às				
às				
às				
às				
CLÁUSULA TERCEIRA: O contratante pagará em contraprestação a importância mencionada individualmente, acrescidos dos adicionais a que fizer jus, inclusive o repouso semanal remunerado, até o término da prestação dos serviços, mediante recibo discriminativo, com cópia para os contratados, até o término do serviço.				
CLÁUSULA QUARTA: O contratante se obriga a pagar aos contratados, quando para o desempenho dos seus serviços for necessário viajar, as despesas de transporte e alimentação e hospedagem, até o respectivo retorno.				
Esta Nota Contratual, firmada em razão de _____ (MENCIONAR EM SUBSTITUIÇÃO A QUEM OU SE PARA SERVIÇO EVENTUAL), vai assinada pelas partes contratantes para todos os efeitos da legislação do trabalho em vigor.				
Local e data		Assinatura do Contratante		

CONTRATADO(S)		GRUPO:		
Nome	Profissão	Especialidade	OMB	CPF
Endereço	Bairro	Cidade/UF	E-mail	CTPS
NIT ou PIS	Cache RS	Vr Extenso	Assinatura	

4º RTDA, J
708946
ANEXO



Espaço para anotações
e ou vistos

Layout da Página: superior 0,2 cm – inferior 0,2 cm – esquerda 0,5 – direita 0,5 cm – Papel A4 – Orientação: Paisagem - Impressão em 04 vias
(Obs. No caso de Contratação Coletiva, inserir os demais CONTRATADOS, nos campos abaixo, e imprimir esta folha no verso da folha 01)

Continuação da NOTA CONTRATUAL n° ____/2018 – (folha 02)

CONTRATADO (S)		GRUPO:				
Nome	Profissão	Especialidade	OMB	CPF		
Endereço	Bairro	Cidade/UF	E-mail	CTPS		
NIT ou PIS	Cache RS	Vr Extenso	Assinatura			
Nome	Profissão	Especialidade	OMB	CPF		
Endereço	Bairro	Cidade/UF	E-mail	CTPS		
NIT ou PIS	Cache RS	Vr Extenso	Assinatura			
Nome	Profissão	Especialidade	OMB	CPF		
Endereço	Bairro	Cidade/UF	E-mail	CTPS		
NIT ou PIS	Cache RS	Vr Extenso	Assinatura			
Nome	Profissão	Especialidade	OMB	CPF		
Endereço	Bairro	Cidade/UF	E-mail	CTPS		
NIT ou PIS	Cache RS	Vr Extenso	Assinatura			

40 RTDPAJ
708946
ANEXO



Sindicato dos Empresários e
Produtores em Espetáculos de
Diversões no Estado do Paraná

www.seped.org

ANEXO III

MODELO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (Terceirizados e CNPJ's)





MODELO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO OU INDETERMINADO

Pelo presente instrumento de contrato de trabalho, entre (NOME DO CONTRATANTE, ENDEREÇO, NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ/CPF), doravante denominado EMPREGADOR e (NOME E NOME ARTÍSTICO DO CONTRATADO, PROFISSÃO, ENDEREÇO, CI, CPF, CTPS, NIT, PIS/PASEP, RP-SRTE-MT), doravante denominado EMPREGADO, ficou justo e contratado o seguinte:

PRIMEIRA - O empregado se obriga a prestar seus serviços de (FUNÇÃO), durante a vigência desta contrato (COM OU SEM) exclusividade.

SEGUNDA - O presente contrato vigorará:

() por prazo determinado no período de __/__/__ a __/__/__

() por prazo indeterminado.

TERCEIRA - O empregado, por força deste contrato, desempenhará suas funções no horário de (MENCIONAR O HORÁRIO E INTERVALOS), tendo por local (MENCIONAR O LOCAL).

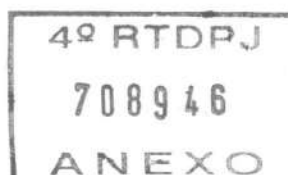
QUARTA - O empregador pagará em contraprestação salarial a quantia de (EM ALGARISMOS E POR EXTENSO) por (PERÍODO DE PAGAMENTO), acrescidos dos adicionais a que fizer jus, mediante recibo discriminativo, com cópia para o empregado.

QUINTA - O repouso semanal remunerado será gozado (MENCIONAR O DIA DA SEMANA).

SEXTA - O empregador se obriga a pagar ao empregado, quando para o desempenho dos seus serviços for necessário deslocamento, as despesas de transporte e de alimentação e hospedagem, até o respectivo retorno.

CLAUSULA SÉTIMA - A assinatura do presente instrumento não exime os contraentes de aplicar a legislação trabalhista em vigor.

CLÁUSULAS OITAVA - E por estarem justos e contratados, lavram o presente instrumento devendo ficar uma via com: empregador, empregado, e do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversão, quando se tratar de contratação desses profissionais, para todos os efeitos da legislação do trabalho em vigor.





Sindicato dos Empresários e
Produtores em Espetáculos de
Diversões no Estado do Paraná

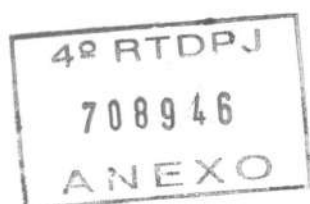
www.seped.org

Este contrato vai assinado pelas partes para todos os efeitos da legislação do trabalho em vigor, devendo ser homologado pelo Sindicato da categoria e pela ordem dos .

Local e data

Assinatura do contratante

Assinatura do contratado



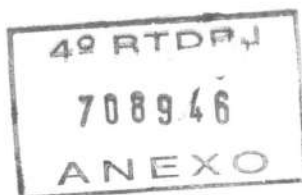


Sindicato dos Empresários e
Produtores em Espetáculos de
Diversões no Estado do Paraná

www.seped.org

ANEXO IV

CRITÉRIOS PARA OBTENÇÃO DE REGISTRO PROFISSIONAL





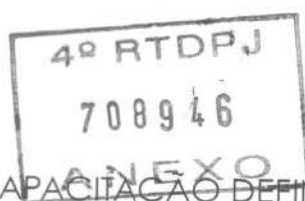
CRITÉRIOS ADOTADOS À CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

Os critérios abaixo apontados é o fruto do consenso entre os membros dos respectivos Departamentos desta entidade de classe, aprovados pela categoria em Assembléia Geral realizada em 24 de abril de 2000.

Às funções descritas pelo Decreto nº 82.385 de 05/10/78, o qual regulamentou a Lei 6.533 de 24/05/78, este Sindicato, expede **ATESTADO DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL** para fins de **REGISTRO PROFISSIONAL** junto à Delegacia Regional do Trabalho e Emprego - SRTE/MT, a **ARTISTAS e/ou TÉCNICOS EM ESPETÁCULOS DE DIVERSÕES**.

Igualmente, aos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões, que tenham realizado - até outubro de 1978 - (03) TRÊS trabalhos profissionais, ou, (05) CINCO atividades amadoras, comprovadas através de Revista-programas, cartazes, recortes de jornal - *todos devidamente datados*, ou, Declaração de Órgão Oficial, analisados previamente pelo Departamento da Área em questão.

Este Sindicato estabelece ainda os seguintes critérios à **CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL**:



ÁREA DE TEATRO ATOR/ATRIZ

CAPACITAÇÃO DEFINITIVA:

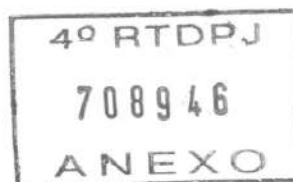
- Apresentação de certificado/diploma de conclusão do Curso de Ator do Colégio Estadual do Paraná, ou Curso Superior de Artes Cênicas/Bacharelado com habilitação em Interpretação Teatral e/ou similares expedidos por escola regulamentada; ou
- Aprovados na Banca de Capacitação Profissional para Ator/Atriz, promovida pelo SATED/PR.

OU ATENDER AOS SEGUINTE CRITÉRIOS PARA A BANCA:

- Terão direito a inscrição na Banca todos os CANDIDATOS que tiverem seu currículo aprovado pelo departamento de Teatro e apresentarem:



- a) Comprovação de residência no estado do Paraná, em no mínimo (06) seis meses;
 - b) Apresentação de certificado de conclusão de segundo grau;
 - c) Comprovação através de revista-programas, recortes de jornais, cartazes ou declaração de órgão oficial, de pelo menos (03) três espetáculos diferentes em (03) três anos, no mínimo um a cada ano, em grupo de teatro amador legalmente constituído, com a devida declaração do Diretor do espetáculo. Os candidatos de outros estados, observadas as alíneas "a" e "b", deverão apresentar comprovação de pelo menos um espetáculo realizado no estado do Paraná.
2. ATOR/ATRIZ COM REGISTRO PROVISÓRIO EXPIRADO em no máximo um ano com comprovação dos trabalhos realizados no ano de validade do registro em Companhia Itinerante, através de contratos de trabalho vistados pelo SATED/PR e registrados na SRTE/MT e que atendam ainda ao item 1.a, mais declaração do Diretor do espetáculo;
 3. ATOR BONEQUEIRO com no mínimo um ano de registro profissional em Carteira de Trabalho, e que atenda ainda ao item 1.a;
 4. GRADUADOS no Curso Superior de Artes Cênicas/Bacharelado com habilitação em Direção Teatral, e Educação Artística/Licenciatura com habilitação em Artes Cênicas e que atendam ao item 1.a;
 5. ATOR MÍMICO, com atividades amadoras, e que atenda ao item 1.c.
 6. BAILARINO com no mínimo (05) cinco anos de registro profissional em Carteira de Trabalho mais apresentação dos contratos de trabalho no período acima mencionado, vistados pela entidade de classe e devidamente registrados na SRTE/MT, ou declaração de Órgão Oficial e que atendam ainda ao item 1.a;
 7. MANEQUIM/MODELO com no mínimo (05) cinco anos de registro profissional em Carteira de Trabalho mais apresentação dos contratos de trabalho exclusivamente publicitários, no período acima discriminado, vistados pela entidade de classe e devidamente registrados na SRTE/MT e que atendam ainda ao item 1.a;





A capacitação profissional definitiva será expedida aos candidatos aprovados na supra citada Banca

ATOR BONEQUEIRO

CAPACITAÇÃO PROVISÓRIA:

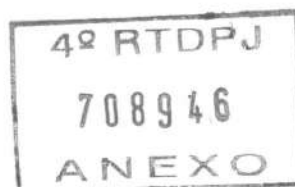
- a) Apresentação de proposta de trabalho por pessoa física ou jurídica devidamente cadastrada na SRTE/MT, os quais atuem - especificamente - com TEATRO DE BONECOS.
- b) Apresentação da declaração de Aptidão fornecida pela Associação Paranaense de Teatro de Bonecos/APTB.

DIRETOR

CAPACITAÇÃO DEFINITIVA: Apresentação de diploma do Curso Superior de Artes Cênicas - Bacharelado com habilitação em Direção Teatral.

OU ATENDER AOS SEGUINTE CRITÉRIOS:

- a) Apresentação de diploma de curso superior, mais comprovação de atividade na função como Assistente de Direção através de contratos de trabalho vistados pelos SATED's e registrados na SRTE/MT, em no mínimo (05) cinco peças em (05) cinco anos em Grupo/Companhia teatral legalmente constituído; ou
- b) ATOR/ATRIZ com no mínimo (10) dez anos de registro profissional em Carteira de Trabalho, mais apresentação de contratos de trabalho como Assistente de Direção, devidamente vistados pelos SATED's e registrados na SRTE/MT, relativos à (05) cinco peças em (05) cinco anos.
- c) COREÓGRAFO com no mínimo (10) dez anos de registro profissional em Carteira de Trabalho, mais proposta de trabalho por pessoa física ou jurídica devidamente cadastrada na SRTE/MT, para Direção de espetáculo Teatral.
- d) Os casos que não atendam rigorosamente ao conteúdo das alíneas "a" e "b", o currículo do interessado será analisado pelo departamento de Teatro deste SATED/PR, com vistas à Capacitação Provisória.





ASSISTENTE DE DIREÇÃO

CAPACITAÇÃO PROVISÓRIA:

- a) ATOR/ATRIZ com no mínimo (05) cinco anos de atuação profissional comprovada, mais proposta de trabalho por pessoa física ou jurídica devidamente cadastrada na SRTE/MT; ou
- b) Apresentação de diploma de curso superior e comprovação de atividade na função através de revista-programas, recortes de jornais e outros, ou declaração de órgão oficial, em no mínimo (05) cinco peças em (05) cinco anos como diretor amador em grupos teatrais legalmente constituído mais proposta de trabalho por pessoa física ou jurídica devidamente cadastrada na SRTE/MT.

CENÓGRAFO

CAPACITAÇÃO PROVISÓRIA:

- a) Apresentação de diploma de Curso Superior de Artes Cênicas ou cursos de Arquitetura, Artes Plásticas e/ou similares expedidos por escolas superiores regulamentadas mais comprovação de (02) dois trabalhos em um ano em grupo de teatro amador legalmente constituído mais proposta de trabalho por pessoa física ou jurídica devidamente cadastrada na SRTE/MT; ou
- b) CENOTÉCNICOS com no mínimo (10) dez anos de registro profissional em Carteira de Trabalho na função, mais (05) cinco trabalhos amadores como Cenógrafo e declaração de um Cenógrafo profissional atestando o reconhecimento do proponente e posterior avaliação do currículo pelo departamento de Teatro deste SATED/PR, mais proposta de trabalho por pessoa física ou jurídica devidamente cadastrada na SRTE/MT.

FIGURINISTA

CAPACITAÇÃO PROVISÓRIA:

- a) Apresentação de diploma de Curso Superior de Artes Cênicas, Artes Plásticas e/ou similares expedidos por escolas superiores regulamentadas,





mais proposta de trabalho por pessoa física ou jurídica devidamente cadastrada na SRTE/MT; ou

b) ARTISTAS CÊNICOS com no mínimo (05) cinco anos de registro profissional em Carteira de Trabalho em qualquer função artística com a comprovação de (03) três trabalhos através de revista-programas, recortes de jornais e outros, ou declaração de órgão oficial, em Grupo amador legalmente constituído, mais proposta de trabalho por pessoa física ou jurídica devidamente cadastrada na SRTE/MT; ou

c) TÉCNICO na função de COSTUREIRA DE ESPETÁCULOS com no mínimo (05) cinco anos de registro profissional em Carteira de Trabalho, mais apresentação de (03) três contratos de trabalho devidamente vistados por SATED's e registrados na SRTE/MT, mais proposta de trabalho por pessoa física ou jurídica devidamente cadastrada na SRTE/MT.

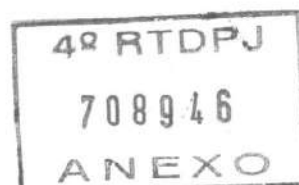
ILUMINADOR/SONOPLASTA

CAPACITAÇÃO PROVISÓRIA:

a) Apresentação de diploma de Curso Superior e/ou Técnico na área específica, acompanhado de declaração de profissional da área, mais proposta de trabalho por pessoa física ou jurídica devidamente cadastrada na SRTE/MT; ou

b) OPERADOR DE LUZ e/ou DE SOM, com no mínimo (05) cinco anos de registro profissional em Carteira de Trabalho e comprovação de participação em no mínimo (10) dez espetáculos diferentes através de contratos de trabalho vistados por SATED's e registrados na SRTE/MT ou comprovação através de revista-programas, recortes de jornais em grupo amador legalmente constituído, mais declaração de profissional da área pretendida e proposta de trabalho por pessoa física ou jurídica devidamente cadastrada na SRTE/MT; ou

c) ARTISTAS CÊNICOS com no mínimo (05) cinco anos de registro profissional em Carteira de Trabalho e comprovação de participação em no mínimo (10) dez espetáculos diferentes através de revista-programas, recortes de





jornais e outros, ou declaração de órgão oficial mais proposta de trabalho por pessoa física ou jurídica devidamente cadastrada na SRTE/MT; ou
d) Para a função de Sonoplasta, MÚSICOS profissionais devidamente registrados junto a Ordem dos Músicos do Brasil/OMB, mais proposta de trabalho por pessoa física ou jurídica devidamente cadastrada na SRTE/MT.

OUTRAS FUNÇÕES ARTÍSTICAS - CAPACITAÇÃO PROVISÓRIA:

ADERECISTA - CABELEIREIRO DE ESPETÁCULO CARACTERIZADOR - MAQUILADOR DE ESPETÁCULO

Apresentação de proposta de trabalho por pessoa física ou jurídica devidamente cadastrada na SRTE/MT, mais declaração do profissional de criação da área específica da função requerida no espetáculo.

ÁREA DE DANÇA BAILARINO CLÁSSICO/MODERNO

CAPACITAÇÃO DEFINITIVA:

- a) Graduados em cursos de Dança regulamentados no nível de segundo ou terceiro graus; ou
- b) Aprovados em Banca específica deste SATED-PR.

CRITÉRIOS PARA BANCA:

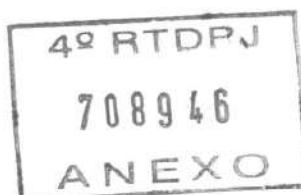
- a) Comprovação de residência no estado do Paraná, em no mínimo (06) seis meses;
- b) Certificado de conclusão de segundo grau;

A capacitação profissional definitiva será expedida aos candidatos aprovados na supra citada Banca

OBS:- Não será expedido Registro Provisório para requerentes não aprovados em Banca.

ENSAIADOR DE DANÇA/ASSISTENTE DE COREÓGRAFO

CAPACITAÇÃO DEFINITIVA:





BAILARINO com registro profissional em Carteira de Trabalho com no mínimo (05) cinco anos de exercício profissional comprovado através de contratos de trabalho vistados pela entidade de classe e registrado na SRTE/MT ou declaração de órgão oficial, mais (05) cinco anos como Ensaíador ou Assistente de Coreógrafo Amador devidamente comprovado através de revista-programas, recortes de jornais, recibo ou declaração de órgão oficial mais proposta de trabalho por pessoa física ou jurídica devidamente cadastrada na SRTE/MT.

CAPACITAÇÃO PROVISÓRIA:

a) BAILARINO com registro profissional em Carteira de Trabalho com no mínimo (05) cinco anos de atuação na área, comprovada através de revista-programas, recortes de jornais, cartazes ou declaração de órgão oficial, mais proposta de trabalho por pessoa física ou jurídica devidamente cadastrada na SRTE/MT; ou

b) GRADUADOS em Curso Superior de Dança e/ou similar mais proposta de trabalho por pessoa física ou jurídica devidamente cadastrada na SRTE/MT.

COREÓGRAFO

CAPACITAÇÃO DEFINITIVA:

a) Apresentação de Diploma de Curso Superior de Dança com formação complementar ou pós-graduação em Coreografia; ou

b) BAILARINOS com pelo menos (05) cinco anos de registro profissional em Carteira de Trabalho, mais comprovação de criação de (10) dez coreografias amadoras, devidamente comprovadas através de revista-programas, recortes de jornais, cartazes, ou declaração de órgão oficial, mais proposta de trabalho por pessoa física ou jurídica devidamente cadastrada na SRTE/MT.

CAPACITAÇÃO PROVISÓRIA:

a) Apresentação de diploma de Curso Superior de Dança, mais proposta de trabalho por pessoa física ou jurídica devidamente cadastrada na SRTE/MT; ou





b) BAILARINOS, DANÇARINOS com no mínimo (05) cinco anos de registro profissional em Carteira de Trabalho, mais comprovação de criação de (08) oito coreografias amadoras em (08) oito espetáculos diferentes, através de revista-programas, recortes de jornais, declaração de órgão oficial, Companhia/Grupo Profissional Cênico ou Escolas de Ballet (de nível intermediário acima), mais proposta de trabalho por pessoa física ou jurídica devidamente cadastrada na SRTE/MT; ou

c) BAILARINOS, DANÇARINOS com no mínimo (05) cinco anos de registro profissional em Carteira de Trabalho, mais comprovação de criação de (04) quatro coreografias premiadas em concursos, festivais ou ateliês, reconhecidos pelo departamento de Dança deste sindicato, mais proposta de trabalho por pessoa física ou jurídica devidamente cadastrada na SRTE/MT.

MAITRE DE BALLET

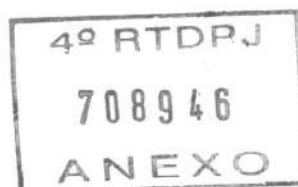
CAPACITAÇÃO DEFINITIVA:

a) BAILARINO com registro profissional em Carteira de Trabalho, com no mínimo (05) cinco anos de exercício profissional e que tenha ministrado aulas de dança em, pelo menos, durante (05) cinco anos devidamente comprovados através de contratos, recibos ou declaração de órgão oficial, mais proposta de trabalho por pessoa física ou jurídica devidamente cadastrada na SRTE/MT; ou

b) BAILARINO com registro profissional em Carteira de Trabalho, com no mínimo (05) cinco anos de exercício profissional e que tenha ministrado aulas de dança em, pelo menos, durante (05) cinco anos devidamente comprovados através de contratos, recibos ou declaração de órgão oficial ou com registro profissional de Ensaíador de Dança, mais proposta de trabalho por pessoa física ou jurídica devidamente cadastrada na SRTE/MT.

ÁREA DE VARIEDADES - CAPACITAÇÃO DEFINITIVA - TODAS AS FUNÇÕES

Comprovação de trabalhos através de revista-programas, recorte de jornais, declarações, fotografias, mais proposta de trabalho de empresa





devidamente constituída e avaliação através de Banca específica realizada por este SATÉD-PR.

ÁREA DE CIRCO - CAPACITAÇÃO DEFINITIVA - TODAS AS FUNÇÕES

- a) Apresentação de documento que comprove a descendência em família circense; ou
- b) Apresentação de proposta de trabalho de companhia circense legalmente constituída; ou
- c) Avaliação do currículo pelo departamento de Circo deste SATÉD/PR e aprovação em banca específica promovida por esta entidade; ou
- d) Formação específica em escola regulamentada na área.

ÁREA DE ÓPERA - ATOR/ATRIZ LÍRICOS - CAPACITAÇÃO DEFINITIVA:

Avaliação do currículo pelo departamento de Ópera deste SATÉD/PR e aprovação em banca específica promovida por esta entidade.

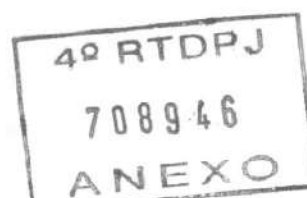
ÁREA DE CINEMA/VÍDEO - CAPACITAÇÃO PROVISÓRIA - TODAS AS FUNÇÕES

Apresentação de declaração de aptidão fornecida pela Associação de Cinema e Vídeo de Curitiba/AVEC/PR ou pela Associação dos Profissionais em Cinema e Vídeo do Estado do Paraná/APROCINEPAR.

CAPACITAÇÃO DEFINITIVA:- Portador de Registro Provisório que comprove no mínimo um trabalho através de contrato de trabalho vistado pelo SATÉD/PR e registrado na SRTE/MT mais certificado de conclusão de segundo grau (para as funções artísticas).

FIGURANTES - PARA TODAS AS ÁREAS

Aos Figurantes amparados pelos Artigos 56 e 58 do Decreto 82.385 da Lei 6.533, será exigido a proposta de trabalho mais declaração específica de sua participação no espetáculo pelo contratante e/ou Diretor Artístico e a documentação necessária (RG e CPF).





ÁREA TÉCNICA - DIRETOR DE PRODUÇÃO

CAPACITAÇÃO DEFINITIVA: APROVADOS em curso específico de Direção de Produção promovido por este SATED/PR.

CAPACITAÇÃO PROVISÓRIA: Encaminhamento de proposta à capacitação profissional pelo SEPED/PR, mais proposta de trabalho por pessoa física ou jurídica devidamente cadastrada na SRTE/MT.

ÁREA TÉCNICA - CAPACITAÇÃO PROVISÓRIA - OUTRAS FUNÇÕES

Camareira - Cenotécnico - Contra-regra

Cortineiro - Costureira de Espetáculo - Diretor de Cena

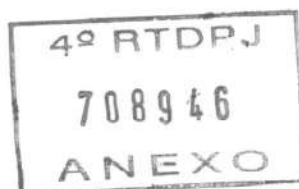
Eletricista de Espetáculo - Maquinista - Maquinista-Auxiliar

Operador de Luz - Operador de Som - Secretário de Frente - Secretário

Teatral - Técnico de Som

a) Apresentação de proposta de trabalho por pessoa física ou jurídica devidamente cadastrada na SRTE/MT e declaração do profissional de criação da área específica na função requerida no espetáculo; ou

b) Participação e aprovação de curso de capacitação na função promovido por este SATED/PR ou outras entidades reconhecidas.





Sindicato dos Empresários e
Produtores em Espetáculos de
Diversões no Estado do Paraná

www.seped.org

ANEXO V

MODELO DE TERMO DE DENÚNCIA E AUDODENÚNCIA





SINDICATO X

TERMO DE DENÚNCIA OU
AUTODENÚNCIA

1 - NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO

2 - TIPO SUJ. <small>RAZÃO SOCIAL</small>	3 - INSCRIÇÃO ESTADUAL	4 - CNPJ
5 - CPF	6 - RP/SRTE-MT	
7 - NOME EMPRESARIAL / NOME		
8 - TIPO LOGRADOURO	9 - TÍTULO DO LOGRADOURO	10 - NOME DO LOGRADOURO
11 - CÓDIGO	12 - NÚMERO	13 - COMPLEMENTO
14 - BAIRRO	15 - DISTRITO	
16 - MUNICÍPIO	17 - UF	18 - CÓD. MUNICÍPIO
19 - CEP	20 - TELEFONE PARA CONTATO () () ()	21 - E-MAIL

OCORRÊNCIA

22 - O acima qualificado, mediante este termo, vem informar a ocorrência de infração à legislação trabalhista com descrição detalhada dos fatos e circunstâncias denunciados e indicação dos respectivos períodos e valores, referente a cada infringência praticada, conforme legislação e convenções coletivas aplicáveis:

4º RTDPJ
708946
ANEXO



Sindicato dos Empresários e
Produtores em Espetáculos de
Diversões no Estado do Paraná

www.seped.org

O PRESENTE TERMO CONSTITUI CONFISSÃO OU DENÚNCIA IRRETRATÁVEL, CUJO VALOR RECONHECE COMO LEGÍTIMO, RESSALVADO AOS SINDICATOS O DIREITO DE APURAREM SUA EXATIDÃO E DE EXIGIR AS APURAÇÃO.

23 - NOME DO RESPONSÁVEL

25 - QUALIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL

24 - LOCAL / DATA

26 - ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

USO EXCLUSIVO DA REPARTIÇÃO

27 - UNIDADE SINDICAL DE RECEBIMENTO

29 - NOME DO RESPONSÁVEL

28 - LOCAL / DATA

30 - ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

